



APOSTE NO ESPORTE

Sua escola investe na prática esportiva? Págs. 4 e 5

Prof. Luiz Henrique Mansur assume a presidência do CEE

Vice-presidente do SINEPE RJ, Prof. Mansur, será presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE) até setembro.

Págs. 6 e 7

SINEPE RJ elege nova diretoria

A partir de janeiro de 2016, o SINEPE RJ está atuando com uma nova gestão de diretoria, até 2018.

Págs. 8 e 9

EXPEDIENTE

• DIRETORIA

Cláudia Costa
Luiz Henrique Mansur Barbosa
Jorge Teixeira de Queiroz
Anna Lydia Collares
Marcela Bittencourt
Gustavo Paranhos

• SUPLENTES

Maria Aparecida Sabadin
Leonor Maria Barros Peixoto
Bruno Cortez Coelho

• CONSELHO FISCAL

Elicea Da Silveira
Antonio Claudio Cavalcante Da Silva
Inês De Oliveira Leite

• SUPLENTES

Rita De Cássia Jannotti Miranda
Bernardo Santa Rosa Nogueira
Silvano José Martin

• CONSELHO CONSULTIVO

Cláudia Costa
Luiz Henrique Mansur Barbosa
Anna Lydia Collares

Textos: Camille Siston e Julia Sinder
Diagramação: Julia Sinder
Revisão: Maria Auxiliadora Gozzi Penna

NESTA EDIÇÃO

03 EDITORIAL

Gestão em novo tempo
POR: Prof^{ta}. Cláudia Costa

04 ESPORTE

05 *Além da Educação Física*

06 ACONTECE NO SINEPE RJ

07 *SINEPE RJ no CEE*

ATUALIZE-SE

Novidades na Legislação

08 ACONTECE NO SINEPE RJ

09 *SINEPE RJ elege nova diretoria*

10 JURÍDICO

11 *Cyberbullying: saber evitar é preciso*

12 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS

Economia em sala de aula

13 *Técnicas para manter um bom atendimento*

14 *Educação ambiental e alfabetização ecológica nas escolas*

15 POLÍTICA

POR: Comte Bittencourt
Universalização da educação básica

EDITORIAL

GESTÃO EM NOVO TEMPO

PROF^a. CLÁUDIA COSTA FALA SOBRE A NOVA GESTÃO E OS DESAFIOS ATUAIS

POR: PROF^a. CLÁUDIA COSTA

Neste novo tempo frente à Presidência do SINEPE RJ, teremos diferentes e inusitados desafios.

O cenário político-econômico atual traz imensas dificuldades, com a inflação crescente e em alta, o desemprego com índices assustadores e a crise ética, que se revela com corrupção transbordante invadindo nosso cotidiano pelos diversos meios de comunicação.

Entre os fatores que geram enorme recuo nos indicadores mundiais, destacamos alguns que permeiam e afetam significativamente a estrutura da escola particular no Brasil da atualidade:

- as recentes legislações referentes à Inclusão Escolar que retiram da escola particular direito concedido de recebimento de taxa para aluno deficiente, ainda garantido à escola pública, provocando enorme retrocesso no processo trilhado neste campo pela escola particular Básica e Superior;

- a retirada de programas de governo destinados ao Ensino Superior, trazendo grande instabilidade para as Instituições de Ensino Superior e estudantes de todo o país;

- a evasão escolar em função da crise econômica que assola todos nós e que gera a migração de alunos da rede parti-

cular para a rede pública.

Desta forma, precisamos estar mais unidos, atuantes, trocando informações e promovendo formações, alimentando-nos com ações consistentes, criativas e firmes, tornando menos duro o que se descortina também no cenário educacional nestes próximos anos.

Contudo, gostaríamos de registrar que, para o SINEPE RJ, os bons acontecimentos estão presentes neste início de gestão!

Nosso primeiro vice-presidente, Prof. Luiz Henrique Mansur Barbosa, está eleito presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, fazendo jus ao brilhante caminho percorrido neste egrégio Conselho durante os anos anteriores, sempre atuando a favor da educação particular em nosso estado.

As novas lideranças que emergem em nossa base territorial, os projetos de captação de associados que geram o fortalecimento da educação particular no Estado do Rio de Janeiro, os avanços legislativos, pedagógicos e educacionais consequentes das ações desenvolvidas pelas assessorias e departamentos do SINEPE RJ, em parceria com as escolas associadas, são algumas das conquistas

a serem continuadas e aprofundadas por esta Diretoria.

Finalizo com versos de uma poesia de Cecília Meireles que nos traz boa reflexão e força para o ano de 2016...

"Aprendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira."●

Cláudia Costa é Presidente do SINEPE RJ



"Aprendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira."

Cecília Meireles

ESPORTE

ALÉM DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Alunos durante o torneio de Xadrez

“Entende-se a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o para usufruir os jogos, os esportes, as danças, as lutas e as ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida”. Esta frase foi citada pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) em sua revista institucional.

A definição do entendimento da disciplina de Educação Física é bastante ampla. Ela representa a importância da prática esportiva na vida das crianças e adolescentes e os resultados que pode causar na vida adulta. É dentro da escola que alunos descobrem qual esporte tem mais afinidade para auxiliar tanto no desenvolvimento psicológico, social e até mesmo profissional.

Algumas escolas apostam tanto no esporte que atravessam o oceano com sua equipe para disputar campeonatos e torneios. O Colégio Plínio Leite, instituição tradicional na cidade de Niterói, valoriza e estimula a prática esportiva. Ao longo dos 87 anos de prática educacional, a escola aposta tanto no esporte que ultrapassa a barreira das quadras da escola.

O projeto "Clube de Esportes", desenvolvido no Plínio Leite, visa, em aulas oferecidas aos seus alunos no contraturno, fomentar o esporte através de uma prática inclusiva e descobrir destaques e talentos que integrarão as equipes competitivas. O Judô e a Ginástica Rítmica são os esportes que mais se destacam no panorama estadual, nacional e internacional.

O Judô é oferecido no Colégio há 31 anos, com participação nos jogos escolares de Niterói, no campeonato Regional da Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro entre outros campeonatos promovidos pela Federação. A veterana Ginástica Rítmica está presente no Colégio Plínio Leite há 36 anos e coleciona medalhas. Com sucesso nos campeonatos estaduais e nacionais, a escola teve suas equipes classificadas para o maior evento de ginástica não competitiva do mundo, a Gymnaestrada - de Berlim (Alemanha), Gotemburgo (Suécia) e Lisboa (Portugal).

O coordenador de esportes do colégio, Wagner Souza Ferreira, está há 17 anos regendo essa grande orquestra de talentos esportivos. "O nosso trabalho fundamenta-se na crença no homem e na sua capacidade de viver e pensar a realidade e de construir o seu crescimento, visando

melhor à qualidade de vida na sociedade. Através da tradição esportiva, procuramos estimular o exercício do respeito, da afetividade, da disciplina, da concentração e da solidariedade entre todos os membros da comunidade escolar. Acreditamos no esporte para desenvolver o equilíbrio emocional, saúde, autodisciplina e interação social", avalia o coordenador.

Enquanto o Colégio Plínio Leite investe na força física dos jovens atletas, o Colégio São Vicente de Paulo puxa duas cadeiras e estimula seus alunos do Ensino Fundamental I a se desafiarem em um confronto que acontece através da concentração e da força mental. Adivinhou qual esporte? É o Xadrez!

A escola desenvolve esse projeto há 10 anos e, atualmente, se destaca nos torneios de Xadrez. Toda essa conquista tem nome: Fábio Barbosa da Cunha, 36 anos, responsável pelas aulas no São Vicente de Paulo. Bicampeão estadual sub 26, com diversos títulos e com registro na Federação Internacional de Xadrez (FIDE), da qual faz parte com o rating de 2134 pontos; por referência, o campeão mundial tem 2860 pontos.

Fábio iniciou o projeto que leva o

Xadrez para as escolas em 2001, passando por diversas escolas, públicas e privadas. O sucesso foi tanto que o Colégio São Vicente de Paulo incluiu o Xadrez na grade curricular dos alunos do Ensino Fundamental I (do 1º ano ao 5º ano) e, hoje, cerca de 900 alunos aprendem as técnicas do esporte. Em 2014, o professor quebrou o recorde do torneio de Xadrez em Niterói, contando com 142 participantes.

Para Fábio, a inserção do Jogo de Xadrez na escola aumenta as chances e oportunidades de carreira de um jovem, além de ser um esporte inclusivo. O professor comenta que possui alunos campeões estaduais, um ex-aluno que leciona Xadrez nos Estados Unidos, se orgulha por ter alunos com deficiência auditiva e até uma estudante com hidrocefalia, que venceu o preconceito através do Xadrez.

"Como o Xadrez trabalha habilidades cognitivas e desperta o raciocínio lógico, ele acaba sendo um excelente aliado para os alunos que estão estudando para prestar vestibular e concursos. É um esporte que contribui para o controle emocional e nas tomadas de decisão e pensamento organizado."

Alunos durante o torneio de Xadrez



ACONTECE NO SINEPE RJ

SINEPE RJ NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

VICE-PRESIDENTE DO SINEPE RJ ASSUME PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Formado em Engenharia, Matemática e Pedagogia, sindicalista desde a década de 80, ocupou três mandatos como presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro no período de 1997 a 2005 e, atualmente, é vice-presidente do SINEPE RJ. Durante longos anos representou a Diretoria administrativa da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e é membro do Conselho Municipal de Educação de Niterói e membro do Conselho Estadual de Educação (CEE RJ). Este é um resumo da trajetória do professor Luiz Henrique Mansur Barbosa, também diretor do Centro Moderno de Ensino Alzira Bittencourt, que, desde 16 de fevereiro deste ano, assumiu a Presidência do Conselho Estadual de Educação.

Literalmente crescido e criado dentro da escola, o professor Mansur, como é conhecido tanto nos corredores quanto nos gabinetes de Educação, luta veementemente pela melhoria da qualidade de ensino no Estado do Rio de Janeiro.

Até 2015, o CEE RJ era um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação. Em 2016, o Conselho Estadual de Educação tornou-se um órgão de Estado, tendo autonomia para deliberar as normas que estabelece em todo o sistema estadual. Hoje, o presidente do CEE RJ assina as deliberações e as normas educacionais válidas em todo o sistema educacional nas esferas públicas e particulares de educação básica e nas escolas superiores do sistema do

estado: Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Uenf (Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro), Uezo (Universidade Estadual da Zona Oeste) e Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica).

A nomeação do professor Mansur para substituir o professor Roberto Boclin, cujo mandato se encerra em setembro deste ano, foi realizada através de uma votação entre os 24 conselheiros do CEE RJ e sancionada pelo governador do estado. Apesar de um curto mandato, o novo presidente ressalta que pretende levar autonomia plena ao Conselho.

“O Conselho gera muitos processos; ele tanto é normatizador quanto burocrático. A nossa intenção é consolidá-lo como órgão do Estado,

tendo autonomia financeira, administrativa, quadro de funcionários próprio, com a abertura de concurso”, adianta o novo presidente do Conselho Estadual de Educação.

O deputado estadual Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação do Estado, esteve presente à cerimônia de posse e destacou que a nomeação do professor Mansur foi consolidada em um momento muito oportuno para a Educação: “Neste momento de grande importância no cenário da Educação fluminense, quando o Conselho passa a ser reconhecido como um órgão de Estado, é importante contar com a competência e com o comprometimento deste educador para as grandes transformações que estão por vir

com o novo papel do CEE na comunidade escolar”.

A presidente do SINEPE RJ, professora Cláudia Costa, ressaltou que a participação do professor Mansur como membro do Conselho Estadual sempre foi muito positiva e trouxe avanços constantes para a educação particular. Para ela, as escolas privadas ganham um aliado mais forte dentro do estado. “A atuação do professor Mansur será mais imponente nas interlocuções entre as escolas e as legislações estaduais em tramitação”, avaliou a professora Cláudia, que comemorou a nomeação do vice-presidente do SINEPE RJ como uma enorme conquista do setor privado. “Estamos muito felizes com esta posição ocupada por um professor tão competente e dedicado à causa da Educação”, finalizou a presidente do SINEPE RJ.●

Prof. Luiz Henrique Mansur com Deputado Comte Bittencourt e Prof^{fa}. Cláudia Costa



ATUALIZE-SE

LEGISLAÇÕES

Lei Federal Nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

DÚVIDAS SOBRE LEGISLAÇÃO?

ENTRE EM CONTATO COM NOSSA ASSESSORIA:

pedagogico2@sineperj.org.br

Lei Federal Nº 13.257, de 8 de março de 2016

Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto -Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

Lei Estadual Nº 7.195, de 07 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a docência em Educação Física, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do Estado Rio de Janeiro.

ACONTECE NO SINEPE RJ

SINEPE RJ ELEGE NOVA DIRETORIA

A professora Cláudia Regina de Souza Costa tomou posse como nova presidente do SINEPE RJ. Em uma cerimônia realizada no Restaurante Tenore Gourmet, na cidade de Niterói, no dia 12 de dezembro de 2015, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro reuniu diretores das escolas associadas e representantes de órgãos públicos e privados no setor da Educação.

O desafio da nova presidente, também diretora administrativa da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), consiste, durante a sua gestão, em oferecer ferramentas

para que as instituições possam superar desafios. Uma das propostas do Sindicato é ampliar as atividades para gestores e educadores, com palestras e eventos de capacitação. O SINEPE RJ acredita que é através do conhecimento que podemos elaborar ações diferenciadas para alcançar o sucesso.

Durante a cerimônia de posse da nova Diretoria (Gestão 2016/2018), os convidados assistiram à palestra do economista Luiz Fernando Bastos – administrador de empresas com MBA em Gestão Empresarial pela FGV RJ, MBA em Formação de Gestores pela FGV SP

e Docência pela FGV RJ e sócio da Ágil Comercial –, que orientou os diretores escolares sobre como minimizar o impacto da economia nas escolas particulares do Estado do Rio de Janeiro.

Consultor em Gestão Empresarial, Luiz Fernando Bastos enumerou ações (constantes do quadro a seguir) que podem favorecer o empresário durante o período de crise econômica no país. O SINEPE RJ espera, com a sua nova gestão, realizar um trabalho que realmente faça a diferença na Educação do nosso Estado.●

Membros da diretoria do SINEPE RJ durante a posse



O QUE PODEMOS FAZER?

Dicas do economista Luiz Fernando Bastos para 2016

1

Acredite que estamos em crise. O cenário mais otimista diz que só haverá estabilidade em 2016. Estabilizar não é crescer.

2

Reveja todos os custos de funcionamento de sua empresa, sem perder a qualidade dos serviços que presta.

3

Faça uma Reengenharia Financeira. Escolha novos parceiros comerciais e bancários.

4

Estude as contas e certifique-se da lucratividade do seu negócio. Cobre o preço certo para que o negócio tenha sustentabilidade.

5

Retenha os clientes. Não deixe que alunos migrem para os concorrentes. Desenvolva ações para que os pais se sensibilizem a mantê-los na sua escola. E conquiste novos alunos abrindo as portas da sua escola.

6

Faça parcerias. Construa alianças estratégicas e negocie com os devedores

7

Enfim, eleja o seu objetivo mínimo para esse período. todos os dias.



Conheça o inovador sistema modular fast flex

- Construção feita em fábrica
- Unidades inteiras podem ser transferidas de lugar
- Padronização
- Foco em sustentabilidade: menor geração de resíduo
- Entrega rápida
- Isolamento acústico e térmico

Alta tecnologia na construção de salas de aula com entrega rápida

MATRIZ

(51) 3563-7922 (51) 3563-7906 (51) 3563-7929 (51) 3563-1547
comercial@siscobras.com siscobras@siscobras.com

SISCOBRAS

Sistemas Construtivos do Brasil S.A.

JURÍDICO

CYBERBULLYING. É PRECISO SABER EVITAR

Conheça melhor o impacto da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate ao Bullying, na entrevista do Dr. Hélio Borges, assessor jurídico do SINEPE RJ

SINEPE RJ: A Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate ao Bullying, na sua opinião, enfrenta satisfatoriamente a questão do Cyberbullying?

Dr. Hélio Borges: AA Lei nº 13.185/2015 constitui-se, verdadeiramente, em um significativo avanço sobre o tema, mas, em relação ao Cyberbullying, dada a própria dificuldade de compreensão, inclusive do legislador sobre o universo digital e tecnológico, acreditamos que muito ainda se terá que fazer.

A Lei limitou-se a afirmar que "há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social", classificando o cyberbullying ou bullying virtual, quando o autor "enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento."

No campo do cyberbullying ainda há muito o que se estabelecer e estudar, dada a própria dinâmica das relações virtuais.

Contudo, uma coisa é certa: não há como deixar de registrar que a norma legal editada já representa uma importante ferramenta na fixação e identificação das condutas que possam ser enquadradas como cyberbullying.

SINEPE RJ: Há algum tempo, as escolas vem atualizando seus Regimentos Internos, em especial quanto ao Regime Disciplinar, para coibir o Bullying e o Cyberbullying. Esta normatização escolar, seja o Regimento ou o Contrato, tem valor jurídico?

HB: Sim. Importante que todos os gestores de escola estejam atentos para o fato de que o Regimento Escolar, primeiramente, e o Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar, por complemento, constituem ferramentas de normatização no universo escolar.

Subsidiariamente, o Projeto Político Pedagógico também deve prescrever as práticas pedagógicas de prevenção ao

Bullying e, conseqüentemente, à sua forma virtual.

Não raro, nos deparamos com esse questionamento por parte dos gestores. Nossa posição é a de que a escola, como forma, inclusive, de prevenir responsabilidades, deve fazer constar, expressamente, suas normas e regras a despeito da sua realidade. Precisamos lembrar sempre que a Lei, no caso a nº 13.185/2015, é norma geral facultando-se à escola naquilo que com a Lei não se opuser, fixar suas normas e regras internas.

Tão importante quanto é, também, a escola dar publicidade a essas regras disciplinares e às eventuais sanções, para evitar, inclusive, que elas ocorram.

Em relação ao Contrato de Prestação de Serviços, fazemos o mesmo destaque, por ser ele o veículo mais claro de cientificação, às famílias, dessas regras particulares de cada escola.

SINEPE RJ: Havendo, no Regimento Interno da Escola, proibição de uso de aparelho eletrônico, em especial celulares e tablets no interior da escola, qual deve ser a atitude desta quando o aluno utiliza indevidamente o mesmo? Como o professor deve agir para retirar o celular do aluno?

HB: Eis aqui um outro questionamento constante. Muitos municípios e até estados da federação vêm proibindo o uso de aparelhos celulares e tablets no interior das escolas. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a normatização dirige-se às escolas públicas, através da Lei nº 5.222/2008, que estabelece que "fica proibido o uso de telefones celulares, walkmans, diskmans, Ipods, MP3, MP4, fones de ouvido e/ou bluetooth, game boy, agendas eletrônicas e máquinas fotográficas, nas salas de aulas, salas de bibliotecas e outros espaços de estudos, por alunos e professores na rede pública estadual de ensino, salvo com autorização do estabelecimento de ensino, para fins pedagógicos".

É certo que tanto o celular como o tablet encontram sua aplicação no campo educacional e, sinceramente, não deve ser diferente.

Recentemente, uma professora no Estado de São Paulo foi agredida a pontapés por ter tirado o celular de um aluno que, insatisfeito, ofendeu fisicamente a docente. Não restam dúvidas de que, naquele caso, a professora agiu corretamente, pois o celular já havia tocado mais de 04 (quatro) vezes na mesma aula, atrapalhando os demais colegas.

Assim, se uma escola proíbe, é lícito ao docente que aplique o Regimento da Escola na forma por ele estabelecida. Daí a necessidade de que constem do Regimento não somente a proibição, mas, sobretudo, os instrumentais de aplicação de sanção.

Normalmente, o caminho que se segue é o de, inicialmente, solicitar ao aluno que guarde ou desligue o aparelho durante a atividade pedagógica (advertência verbal) e, na hipótese de reincidência, poderá o aparelho ser retido pelo professor até o término de sua atividade. Podendo, algumas vezes, dada a magnitude do problema ou das consequências, ou ainda do número de reincidência, haver a retenção pela própria direção da escola até a entrega ao responsável que deverá ser prontamente comunicado do ocorrido. Contudo, cabe a cada escola estabelecer sua regra e sua prática disciplinar.

SINEPE RJ: Existem professores, pais e alunos que, em eventos ou situações do cotidiano no interior da escola, promovem a gravação de imagens sem qualquer ingerência da administração, as quais, em seguida, são colocadas nas redes sociais. Qual deve ser a posição das escolas neste caso?

HB: Aqui se trata de um assunto importante que as escolas devem, continuamente, trabalhar com sua comunidade.

É claro que vivemos num mundo globalizado e em constante mutação eletrônica. Torna-se hercúleo, para não dizer impossível, o controle de tais situações de gravação de imagens e sons. Neste caso, a orientação é a de que a escola deve, reiteradamente, esclarecer a todos que não se responsabiliza pela gravação pessoal de cada membro da comunidade esco-

lar. Importante registrar, seja no contrato, seja no Regimento da Escola, mas preferencialmente em ambos: que o meio de divulgação de imagens pela escola se opera ou se realiza pelo veículo X (revista ou jornal da escola, agenda, site), que os professores e funcionários não estão autorizados a repassar imagens isoladamente e que a gravação não expressamente autorizada pela escola não pode ser compartilhada em redes sociais. Se algum funcionário ou professor descumprir a regra da escola, caberá a esta proceder a regular advertência para evitar a alegação de que a escola não se posicionou contrariamente ao ato.

Se a veiculação partir de pais ou de alunos, e a escola for cientificada do ocorrido, deve, também nesta oportunidade, se posicionar, advertindo a família ou o aluno de que daquela forma não pode ou não deve atuar.



"Não há como deixar de registrar que a norma legal editada já representa uma importante ferramenta."



**ASSESSORIA, CONSULTORIA, MARKETING
E SOLUÇÕES EDUCACIONAIS**

Rua Noronha Torrezão, 24/907 - Premier Offices - Niterói - RJ
Tel.: (21) 2705-1363 - e-mail: apeducacional@organizer.srv.br

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS

ECONOMIA EM SALA DE AULA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SALA DE AULA

POR: ALINE RODRIGUES

A cada dia que passa, mais a economia muda, e são os nossos bolsos e o futuro das gerações que sentem o impacto real no dia a dia. A realidade econômica vem se modificando, e, com isto, torna-se cada dia mais importante a compreensão sobre o poder dos juros e sobre as formas assertivas de direcionar corretamente o recurso financeiro.

A geração do “vamos viver o hoje” já não pode mais ser tão presente. Precisamos, mais do que nunca, viver o hoje e planejar financeiramente o amanhã, para que possamos construir famílias financeiramente estáveis e prósperas e tirar planos e projetos do papel.

Falar sobre o dinheiro ainda é um tabu na grande maioria das residências e rodas de amigos, mas assim como conversamos sobre compras e viagens, o assunto “dinheiro” deve estar cada vez mais presente para que as pessoas possam aprender mais sobre o assun-

to e principalmente com os erros dos outros. E não há lugar melhor para se iniciar esse assunto do que a própria escola, ou seja, na aula de Matemática, História, Geografia, Português, Inglês, entre outras disciplinas. Falar mais sobre o dinheiro e, principalmente, mostrar aos jovens o quanto o dinheiro não é apenas números e sim atitudes e comportamentos, e como o conhecimento pode trazer benefícios e pontos positivos aos planos e projetos futuros tornam-se ações indispensáveis para o futuro econômico.

Muitos de nossos jovens ainda escolhem a profissão pela possibilidade de retorno financeiro e quanto mais compreenderem que o conhecimento, a habilidade e as competências que eles possuem e podem desenvolver são mais importantes do que o salário, teremos profissionais mais produtivos e felizes com o que fazem.●

“Precisamos, mais do que nunca, viver o hoje e planejar financeiramente o amanhã, para que possamos construir famílias financeiramente estáveis e prósperas e tirar planos e projetos do papel.”

Aline Rodrigues é graduada em administração de empresa, coaching financeira e instrutora de bolsa de valores, finanças e investimentos.

2016
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
diferenciadas

02.04 09h30 às 12h30

Como se preparar para um atendimento de excelência

03.05 18h30 às 20h30

Educação financeira no ambiente escolar

07.06 18h30 às 20h30

Sustentabilidade: reflexões e ações no ambiente escolar

Inscriva-se >> www.sineperj.org.br

TÉCNICAS PARA MANTER UM BOM ATENDIMENTO

Quando se pensa em Escola, a primeira imagem que vem à mente é o professor e a sala de aula. Afinal de contas, a finalidade é estudar. Mas até chegar este momento, muitas etapas acontecem dentro da instituição de ensino, e o primeiro passo é: o atendimento.

Como diz o ditado, a primeira impressão é a que fica. E é nesse setor tão movimentado que a escola espera que o profissional que ali atua tenha carisma, competência, eloquência, paciência e profissionalismo.

O SINEPERJ conversou com a especialista em Gestão de Recursos Humanos Paula Alexandrisky para falar sobre treinamento em equipe, capacitação e cuidados que um funcionário da secretaria deve ter no dia a dia. A especialista em RH ressaltou a importância de haver alinhamento e organização dentro da equipe, bem como treinamento, para garantir que todos os funcionários da secretaria estejam preparados para responder todas as dúvidas que possam surgir por parte dos responsáveis pelo aluno. “É importante conhecer bem o perfil do público a ser atendido e atender com sorriso e cordialidade”, ressaltou Paula Alexandrisky.

O Instituto de Educação Aquarela, localizado no município de Paracambi, é um bom exemplo a ser seguido. Em seus 28 anos de atuação, a instituição cresceu de forma sólida. Na época da fundação, a diretora Maria Aparecida Sabadin também assumia a função de atendente.

Após longos anos, Maria Aparecida considera que o respeito e a transparência são pontos importantes para o sucesso da gestão empresarial. Para ela,

o bom relacionamento entre os membros da equipe é fundamental para a empatia com o público.

“Quando a escola foi criada, eu mesma fazia o atendimento. Mais tarde, houve a necessidade de contratar alguém para esse setor. Então procurei uma pessoa que tivesse o perfil que considerava importante para o setor. Contratei essa pessoa, que se aposentou no final do ano de 2015, e passei a ela as informações e conhecimentos que tinha sobre atendimento. Mais tarde, houve necessidade de outras admissões. Sempre orientando no sentido do bom atendimento, da gentileza, da presteza e de muito respeito ao cliente”, relatou a diretora do Instituto de Educação Aquarela.

A escola possui atualmente seis funcionárias na secretaria, sendo quatro no prédio que atende da Educação Infantil ao 6º ano do Ensino Fundamental e duas secretárias na sede

recém-inaugurada, que funciona do 7º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Carla Moraes está há três anos no atendimento do Instituto Aquarela. Para ela, essa experiência com o público envolve paciência, agilidade e discrição. A funcionária avalia ser necessário ter uma boa comunicação entre todos os setores da escola, com responsabilidade e companheirismo.

“Lidamos como pessoas e cada um é diferente do outro. Portanto, em alguns momentos, passamos por dificuldades com alguns clientes que não querem respeitar as normas e regras da instituição”, ressaltou Carla Moraes.●

Paula Alexandrisky é diretora da Conexão Talento, especialista em Orientação Profissional e Coaching de carreiras pelo Grupo Orientando



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA

POR: Prof. MARCELO MOCARZEL

Vivemos diante de uma crise sem precedentes na história da humanidade, e ela não é econômica. Um colapso ambiental se anuncia em decorrência da relação do ser humano com os recursos da natureza. A sociedade de consumo, que se estabeleceu nos países desenvolvidos e em desenvolvimento nos séculos XIX e XX, começou a ser questionada por pessoas, países e instituições, e a Conferência Rio+20 e movimentos posteriores nos mostram isso.

Fritjof Capra define comunidade sustentável como aquela capaz de satisfazer as suas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras. Ou seja, precisamos transformar as gerações contemporâneas e preparar as próximas para a sustentabilidade. Isto se chama alfabetização ecológica.

Hoje, não se pode falar em educação sem falar em educação ambiental. É imprescindível que qualquer processo educativo passe pelo conceito de que o homem é parte integrante do mundo natural, e preservá-lo significa preservar sua própria existência.

Os processos de educação ambiental e alfabetização ecológica são complementares, mas também distintos. A educação ambiental é um mecanismo contínuo, que precisa permear todas as etapas da vida do sujeito. É para ser constante e ininterruptamente vivenciada como possibilidade de uma formação contínua da sociedade sustentável, do

indivíduo integrado à teia da vida. Por sua vez, a alfabetização ecológica ou ecoalfabetização é uma ferramenta de apresentação da questão ambiental aos indivíduos que ainda não se sentem responsáveis por ela. É o desenvolvimento do mecanismo de análise e ação ecológica, assim como a alfabetização é



a apropriação do método da escrita e da leitura.

Para que a educação ambiental torne-se de fato um componente curricular com a relevância dos tradicionais (Matemática, Língua Portuguesa, História etc.) é preciso que haja um planejamento de suas etapas de aplicabilidade. Normalmente, as escolas abordam esta questão de duas formas: ou transversalmente, como parte do conteúdo de disciplinas como Geografia ou Ciências, quando se fala em efeito estufa, aquecimento global e outros; ou através de projetos, em que se aproveita o dia da água ou o mote da extinção de alguma espécie animal, e a escola gira em torno do tema por uma ou duas

semanas.

Na situação crítica em que o planeta se encontra hoje, isto é muito pouco. Capra afirma que “não é exagero dizer que a sobrevivência da humanidade vai depender da nossa capacidade, nas próximas décadas, de entender corretamente esses princípios da ecologia e da vida”. Portanto, é preciso que a educação ambiental seja mais que um conteúdo, mas que assuma o papel de protagonista dentro do projeto político-pedagógico das escolas.

Os gestores e professores precisam buscar vencer as limitações – sabemos que há pouquíssimo apoio dos governos à questão – e implementar no cotidiano a sustentabilidade, partindo da ecoalfabetização para aqueles que desconhecem a questão, com programas contínuos de reciclagem, alimentação sustentável, economia de recursos naturais etc. Assim, a escola se torna uma transformadora de hábitos, que irradiam para as casas, empresas e outras esferas. Uma pequena escola pode impactar toda uma comunidade e fazê-la repensar sua maneira de lidar com o ambiente.●

Marcelo Mocarzel é doutorando em Comunicação (PUC-Rio) e mestre em Educação (UFF), diretor pedagógico do Instituto Maia Vinagre e professor do curso de Pedagogia do Unilasalle-RJ.

POLÍTICA

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O AVANÇO QUE NÃO SE COMPROVA NA PRÁTICA

POR: COMTE BITTENCOURT

O ano de 2016 deveria ser lembrado, além da realização das Olimpíadas, como a data em que saltamos a duração da escolaridade obrigatória no Brasil de nove para 14 anos. Porém, os baixos investimentos no ensino público, agravados pela atual crise nacional, não permitirão que todos os sistemas de ensino se adaptem aos parâmetros estipulados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para oferecer "Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos, assegurada sua oferta a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria".

A Lei Federal 12.796/13 torna obrigatória a matrícula de todas as crianças a partir de quatro anos de idade na educação básica até o próximo ano letivo, que se inicia em fevereiro. Desde a aprovação da legislação que ajusta a LDO, se mostrou urgente e necessário que as redes municipais e estaduais ampliassem a oferta do ensino gradativamente, passando a acolher esses alunos em suas redes, além de lhes fornecer transporte, alimentação e material didático nas três etapas da educação.

Apesar do cenário desfavorável, não há como negar o avanço que tivemos nas últimas décadas. Para isso, é só recordarmos que, até 1971, o ensino obrigatório e gratuito era de apenas quatro anos e que, em 2010, passou a ser de nove, com a decisão de iniciar o Ensino Fundamental aos seis anos de idade. A atual legislação é tão avançada que ultrapassa a de muitos países da Europa, onde o Estado assegura cerca de 11 anos de ensino público. Em contrapartida, em nosso país, a divisão da riqueza nacional não contribui para

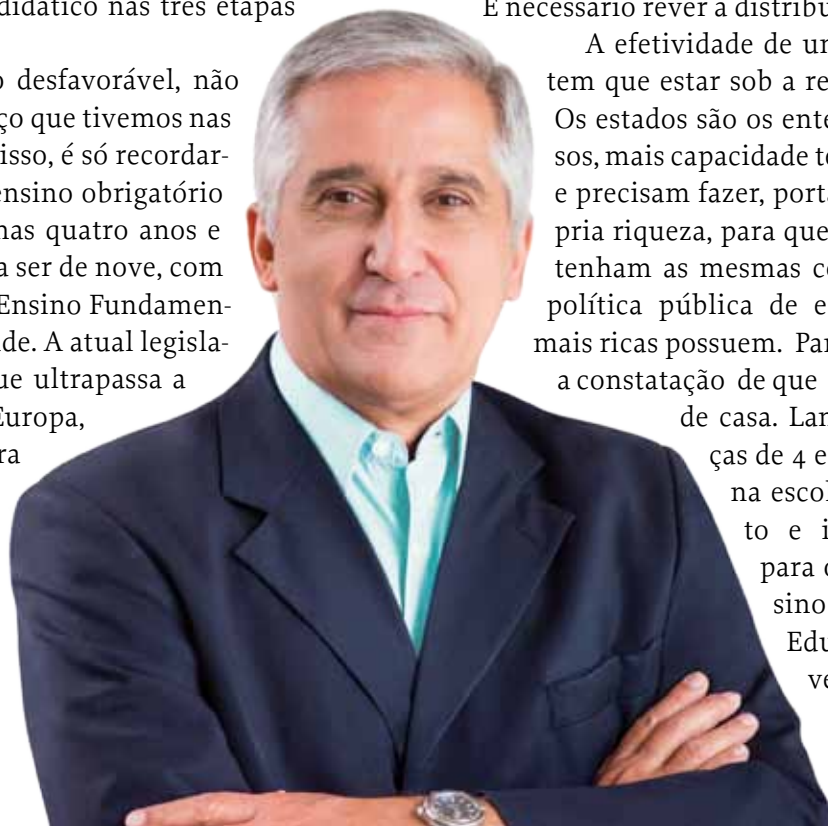
"A efetividade de um programa de educação tem que estar sob a responsabilidade de todos."

que os municípios consigam se adequar à nova lei.

O desafio se agrava em função da parceria precária entre o estado e os municípios, que se deve à dinâmica equivocada definida pelo Pacto Federativo. Atualmente, temos uma Federação que comporta a União, os estados e os municípios, e que, na distribuição da riqueza pública, os municípios detêm apenas 5%, ficando 25% com os estados e 70% com a União. Para evitar tais distorções, é imprescindível compreender que as pessoas não moram nem no estado nem na União. Os indivíduos residem nas cidades, e o serviço público tem que se dar neste âmbito.

É necessário rever a distribuição dos recursos.

A efetividade de um programa de educação tem que estar sob a responsabilidade de todos. Os estados são os entes que detêm mais recursos, mais capacidade técnica e mais experiência e precisam fazer, portanto, o equilíbrio da própria riqueza, para que municípios mais pobres tenham as mesmas condições de ofertar uma política pública de educação que as cidades mais ricas possuem. Para este ano, restou apenas a constatação de que o país não fez o seu dever de casa. Lamentavelmente, as crianças de 4 e 5 anos não estarão todas na escola. Faltaram planejamento e investimento adequados para o avanço da oferta do ensino em todo o país. A "Pátria Educadora" falha mais uma vez.●



Josias Alves Muniz Junior
Professor
Pirapora, Minas Gerais

**MAIS DO QUE UM MUNDO
MELHOR PARA NOSSAS CRIANÇAS,
QUEREMOS CRIANÇAS
MELHORES PARA O MUNDO.**

Getz

A educação tem o poder de transformar a realidade. É isso que estudantes de Pirapora, Minas Gerais, estão descobrindo com o Projeto Terra: Vida que Pulsa. Desenvolvido há 14 anos pelo Colégio Santíssimo Sacramento, conveniado ao Sistema Positivo de Ensino, o projeto promove a reciclagem e o uso racional da água, por meio de projetos e ações desenvolvidas no dia a dia da escola, além de colaborar com o trabalho de uma cooperativa local de catadores. Dessa forma, mais do que aprender sobre sustentabilidade e geração de renda, os alunos descobrem que atitudes positivas podem mudar o mundo.

SISTEMA POSITIVO DE ENSINO.
ACREDITE NO PODER DA EDUCAÇÃO.

somospositivo.com.br
facebook.com/editorapositivo
twitter.com/editorapositivo
youtube.com/editorapositivo

 **SISTEMA DE ENSINO
POSITIVO**